

# JORNAL DO SINDISEAB

UM JORNAL EM DEFESA DA CIDADANIA, DO SERVIÇO PÚBLICO E DOS SERVIDORES

SINDICATO ESTADUAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE, FUNDEPAR E AFINS

## CAMPANHA SALARIAL

# Servidores vão às ruas pelo reajuste anual



Enquanto milhares de servidores públicos estaduais marchavam em direção ao Palácio Iguazu, a SEAP recebia líderes do FES no Palácio das Araucárias. Veja como foi a rodada de negociações nas páginas 02 e 03.

## E MAIS:

### Hora de decisão

#### ■ Encontro Estadual define pauta de reivindicações para 2014

Depois de percorrer o estado realizando 23 plenárias regionais, o SINDISEAB recebe os representantes dos locais de trabalho em Curitiba. O evento tem o principal objetivo de aprovar definitivamente as nossas reivindicações junto ao governo e decidir as próximas atividades do sindicato. A expectativa é de que cerca de 100 servidores públicos da SEAB, SEMA, IAP, AGUASPR, ITCG, ADAPAR, DIOE e SUDE participem. Veja os indicativos da pauta resultante das plenárias na PÁGINA 04.



#### ■ Tribunal de Contas recomenda avaliação de perdas da ParanaPrevidência

Ao aprovar as contas de 2011, o TCE fez ressalvas e recomendações à ParanaPrevidência. Veja os detalhes na PÁGINA 04.

## ENGANAÇÃO

### Cartão Vida não melhora atendimento do SAS

O governo diz que o Cartão Vida irá “agilizar os serviços” do Sistema de Assistência à Saúde do funcionalismo e que é “resultado do diálogo com os servidores”. O novo cartão foi lançado cinco dias depois da SEAP ter se reunido com o Fórum de Servidores, ocasião em que não mencionou o assunto. Mais uma vez o governo finge que negocia e depois apresenta a surpresa pronta, como se fosse a solução. Mas não é. A única utilidade do novo cartão é viabilizar o registro de atendimentos, antiga reivindicação do Fórum.

#### O atendimento, na prática, vai continuar o mesmo

Com poucos hospitais credenciados em cidades-polo, os servidores continuam obrigados

a viajar grandes distâncias para obter tratamento. O acesso aos especialistas permanecem na dependência da triagem com o clínico geral. O modelo do SAS beneficia somente os prestadores de serviço, que recebem pelo número de servidores da região, independente de ocorrer atendimento. O governo gasta cerca de R\$ 140 milhões/ano para que os servidores sejam mal atendidos.

Cartão Vida não vai credenciar mais médicos, clínicas e laboratórios para ficar mais perto dos usuários, mas vai credenciar estabelecimentos para o servidor fazer compras?! O governo diz que a implantação “não vai ter custos”. Os milhares de cartões a serem impressos e chipados vão cair do céu? Os servidores terão acesso aos contratos?

Se este governo fosse realmente preocupado com os servidores, em primeiro lugar, respeita-

ria a mesa de negociações. O FES ficou praticamente três anos elaborando junto com a SEAP um novo modelo de saúde. No fim do ano passado, o plano foi abortado pelo governo - que alegou ser inviável - porém, sem ter apresentado os cálculos. Agora, no dia 19, a SEAP acenou voltar a discutir o assunto. Vai enrolar outra vez?

Se o governo respeitasse os servidores, cumpriria a lei. No mínimo trataria todos os seus servidores de forma justa e igualitária. O SINDISEAB reivindica implantação imediata de um auxílio saúde para todo o funcionalismo como já está em vigor para o MP e TJ.

**Auxílio Saúde, já!**

## EDITORIAL

## A mudança da realidade depende da nossa capacidade de mobilização

Não é segredo para ninguém que o governo passa por dificuldades financeiras como nunca. A mídia está repleta de informações de falta de dinheiro para pagamento de fornecedores, de combustíveis para a polícia, de ração para os cachorros da PM, de merenda escolar... e de que o percentual de gastos com os servidores está no limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal.

No entanto, existem direitos nossos que são garantidos em lei. A data base em 1º de maio é um deles. Reposição salarial das perdas da inflação é direito não só do pessoal da ativa, mas dos aposentados.

O Estado não pode nos retirar o direito às promoções e progressões. Não é porque o governo se descontrolou nas contas que pode nos suprimir os avanços de carreira previstos em lei. Ainda mais que não pretende pagar os retroativos. Pois na prática quem acaba arcando com os prejuízos somos nós.

Outras reivindicações, também previstas em lei, nunca saem de pauta, como a necessidade de ter uma assistência à saúde decente para os servidores públicos e a garantia do nosso futuro, através da ParanaPrevidência.

Apesar de todas as promessas, a novela do enquadramento continua. Ao invés de “virar a pá-

gina”, o governo abriu outro capítulo. Enquanto isso, nossos colegas permanecem na mesma. Queremos ponto final nesta situação!

A realização de concurso público é urgente. Neste ano, por exemplo, com as aposentadorias previstas, o número de servidores no IAP que um dia foi maior que 1.200, vai cair para 268!

Tudo isso evidencia que estas e tantas outras lutas são permanentes. A única forma de fazer valer nossos direitos é permanecermos firmes, unidos e fortes!

Chegou a hora do nosso I Encontro Estadual de 2014. Agora vamos definir como encarar estas e outras lutas! Você, associado, que participou das plenárias e das reuniões nos locais de trabalho, já apontou a direção. Agora, todos juntos, vamos traçar os rumos do nosso futuro!

“Queira  
Basta ser sincero e desejar profundo  
Você será capaz de sacudir o mundo, vai  
Tente outra vez  
Tente  
E não diga que a vitória está perdida  
Se é de batalhas que se vive a vida  
Tente outra vez”  
Raul Seixas



FES faz

## MOBILIZAÇÃO

## 19 de março foi dia de luta pela campanha salarial



Milhares de servidores públicos participaram da passeata da Praça Santos Andrade até o Centro Cívico promovida pelo Fórum das Entidades Sindicais dos Servidores Públicos Estaduais (FES).



O SINDISEAB marcou presença. Cerca de 50 dos nossos companheiros de Curitiba e do Litoral estiveram firmes na caminhada.



• FONE/FAX: (41) 3253.6328  
• E-MAIL: sindiseab@sindiseab.org.br  
• SITE: www.sindiseab.org.br

## EXPEDIENTE

JORNAL DO SINDISEAB | Órgão de divulgação do Sindicato Estadual dos Servidores Públicos da Agricultura, Meio Ambiente, Fundepar e Afins. Endereço: Rua Dr. Manuel Pedro, 729 - Cabral - Curitiba/PR - CEP 80035-030 | Fone/Fax: (41) 3253.6328 | E-mail: sindiseab@sindiseab.org.br | Site: www.sindiseab.org.br | Jornalista Responsável: Cláudia Maria de Moraes (MTb 3186) e-mail: jornalismo@sindiseab.org.br | Projeto gráfico e diagramação: Excelência Comunicação | Tiragem: 2.000 exemplares | Impressão: Mega Gráfica Editora (3598.1113) | Distribuição Gratuita e Dirigida | Os artigos não assinados são de responsabilidade da Diretoria.

DIRETORIA EXECUTIVA ESTADUAL: Presidente: Roberto Carlos Prazeres de Andrade Silva (SEAB/Curitiba); Vice-Presidente: Luiz Carlos Dalpiaz (IAP/Curitiba); Secretária Geral: Donizetti Aparecido Rosa da Silva (SEAB/Maringá); 1º Secretário: Elici Terezinha Veiga Costa (IAP/Ponta Grossa); 2º Secretário: Heitor Rubens Raymundo (IAP/Curitiba); Tesoureira Geral: Maria Auxiliadora Fernandes (BPP/Curitiba); 1º Tesoureiro: Mário do Rocio Kulyk (IAP/Francisco Beltrão); Conselho Fiscal: Arthur Bintencout Filho (SEAB/Guarapuava); Antoninho Fontanella (SEAB/Francisco Beltrão); Milton Vasconcelos Guedes (ADAPAR/Curitiba).

## DATA BASE

# SEAP diz: nada além da inflação!

**Os líderes sindicais participaram de mais uma rodada de negociações com a Secretária de Administração e Previdência, Dinorah Nogara, no Palácio das Araucárias, em 19 de março.**

Na avaliação dos dirigentes do FES não houve avanços. A seguir, o resumo da conversa:



\* **ParanaPrevidência** - o FES cobrou formação da equipe de trabalho para discutir a Lei 12.398/98 conforme foi prometido. Ficou definido que uma comissão da ParanaPrevidência e do FES vão se reunir para estabelecer a equipe e um cronograma de trabalho. (Leia mais na página 04).



\* **Data base** - "impossível" dar reajuste maior que a inflação, disse a SEAP, alegando a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O índice será pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) do período. A estimativa é que fique em 6,06%, mas ainda falta computar o mês de março. Indagada sobre as gratificações, Dinorah respondeu que a maioria já tem reajuste automático, então o governo optou por reajustar todas com o mesmo índice, incidindo também sobre o auxílio-transporte e o vale-alimentação. No entanto, a secretária afirmou que o pagamento do IPCA integral e em parcela única, ainda depende da conclusão de estudos e aprovação da equipe econômica do Governo. Ou seja, nada está garantido. O FES reivindica que o índice seja o mesmo do salário mínimo regional, 7,34%.



\* **Promoções e Progressões** - não serão pagas. Esta foi a primeira posição da secretária. Depois disse que será feito um cronograma para os avanços de carreira de 2012 a serem pagos "talvez" a partir de agosto. As de 2013 estão em estudo. Sem retroativos. No ano passado, a SEAP prometeu apresentar a planilhas de pagamento em janeiro deste ano. A orientação do SINDISEAB é que os associados protocolarem seus pedidos de avanço na carreira normalmente. Tendo a petição indeferida, envie cópia do processo para o sindicato para cobrarmos judicialmente.



\* **Enquadramento** - a secretária disse que quer "objetividade e rapidez" e que a SEAP não tem condições técnicas de analisar todos os processos rapidamente.

Por isso está fazendo uma conversa com a PGE - que se verificou infrutífera até o momento - para que se exclua a obrigatoriedade de revisar os enquadramentos já efetuados e os processos dos servidores que já tiveram os nomes divulgados nas listas do Diário Oficial. Dia 25 de março, haverá uma reunião com a PGE para tratar do tema. O plano é "simplificar o assunto", se autorizado pela PGE, o grupo de trabalho da SEAP vai analisar somente os processos que foram protocolados até 31 de dezembro de 2010. Quem está enquadrado fica e quem já foi reconhecido será enquadrado. Perguntada sobre a efetivação do pagamento em relação ao período eleitoral, Dinorah



PARTICIPARAM SINDISEAB, APPSINDICATO, SINDSAÚDE-PR, SINDER, SINTEOSTE, SIPOL, SINDARSPEN, SINDSEC, SISDEP, SINTEEMAR, ASSUEL, SINDESPOL E SINTESPO

não soube responder. Sobre a LRF, informou que o enquadramento implica em aumento de despesas e só será feito "se" houver autorização da Secretaria da Fazenda (SEFA) e parecer de excepcionalidade (favorável) da Procuradoria Geral do Estado (PGE). Ainda assim, tal parecer precisaria ser acatado pelos órgãos de controle, Tribunal de Contas e Ministério Público. O SINDISEAB continua a defender o enquadramento de todos os que atendem os critérios definidos pelo acórdão do TCE-PR e adoção da Tabela de Classes Especiais para todos os servidores em desvio de função. Trabalho igual, salário igual!



\* **Banco de Horas** - a SEAP justificou o envio do projeto de lei para a ALEP sem discussão com os servidores por conta da necessidade de conter gastos para não ultrapassar o limite prudencial da LRF e por reconhecer que em "algumas áreas não tem como parar com horas extras". Como não tem como pagar, quer compensação. O FES questionou que a lei não define critérios de compensação para horas noturnas ou trabalhadas em fins de semana e feriados; e solicitou a retirada do projeto da ALEP para discussão. A secretária afirmou que pode regulamentar a lei internamente na SEAP mas, que seria impossível impedir a votação em regime de urgência na ALEP. O FES lembrou a perniciosa experiência de banco de horas na UEL, como exemplo. Lá, depois de seis meses sem compensar, as horas extras acumuladas "expiravam", assim, os servidores não recebiam as horas; nem folgavam. O FES reafirmou a necessidade de fazer concurso público para sanar a falta de funcionários. O Fórum reiterou o repúdio quanto à tapeação nas negociações, pois, todos os assuntos referentes à vida funcional dos servidores deveriam primeiro passar pela mesa de negociação.



\* **Concursos Públicos** - a SEAP afirmou que por causa do limite prudencial não pode contratar novos servidores, a não ser repor em casos de aposentadoria ou falecimento. Anunciou que vai contratar 14 mil professores e pedagogos; 411 educadores sociais; 200 servidores para a ADAPAR; 400 para a EMATER; 376 agentes penitenciários; 100 auditores fiscais, dos quais já estão autorizados 48. Não está prevista a reposição de vagas para o Sistema SEMA. A estimativa é que em 2014 o número de servidores no IAP, caia para 268. Praticamente metade dos que estão na ativa.



\* **Assistência à Saúde** - no fim do ano, as negociações foram interrompidas. O governo voltou atrás e anunciou que não pretendia mais implantar um Novo Modelo de Saúde para os servidores estaduais em

substituição ao SAS por considerá-lo inviável. Porém, nunca apresentou os cálculos atuariais que apontam a inviabilidade, apesar das insistentes solicitações do FES, inclusive por escrito. A secretária afirmou que o governo está sendo mais rigoroso com os prestadores de serviços para que atendam os servidores de forma adequada. No entanto, admitiu que para poder cobrar dos hospitais, o governo tem que pagá-los em dia, o que deixou de ocorrer nesses últimos meses. O FES questionou duramente a falta de transparência do Governo, reivindicou a volta das reuniões de trabalho e, mais uma vez, o acesso aos estudos atuariais para o novo plano. O Fórum citou, ainda, como resposta ativa dos servidores, o Projeto de Lei IPÊ-SAÚDE (PL nº 89/2014) que trata da assistência à saúde dos servidores, já enviado para a ALEP pelo FES. A SEAP assumiu o compromisso de voltar a se reunir com Comissão de Saúde do FES e retomar estudos sobre o Novo Modelo de Saúde para os servidores. O SINDISEAB defende os servidores ativos e aposentados do QPPE recebam auxílio-saúde igual ao concedido TJ-PR e ao MP-PR que varia, conforme a faixa etária, entre R\$ 121,00 e R\$ 727,00.



\* **Saúde Ocupacional** - o Fórum quer a revisão do Decreto 6805/12 que, no Art. 20, admite que a readaptação de função - quando um servidor fica incapacitado de cumprir sua função original por doença - seja revista. A reavaliação pode ser solicitada pelo próprio servidor; pela chefia direta ou pela própria Divisão de Medicina e Saúde Ocupacional - DIMS. Há relatos de chefias usando tal poder para prejudicar servidores readaptados, forçando-os a voltar à função de origem contrariando até mesmo laudos médicos. O FES quer ampliar o debate sobre o assunto. A SEAP já havia se comprometido a revisar o decreto no ano passado, porém, simplesmente nada foi feito. Agora, se comprometeu novamente, sem definir prazos. Foi entregue também à Secretária Dinorah o Projeto de Lei Saúde do Trabalhador (nº 88/2014), que visa implantar uma ampla política de saúde para os servidores públicos estaduais, com foco na promoção e prevenção.



\* **Perícia Médica** - apesar de ter prometido em dezembro, a SEAP voltou atrás. Não vai mais ressarcir as despesas de servidores que tenham que se deslocar para Curitiba para passar por perícia médica. Tal promessa nem chegou a ser implantada e já foi revogada. A ideia agora é criar uma equipe de perícia itinerante para percorrer as juntas periciais nas diversas regiões do estado para examinar os servidores doentes! Até lá (não se define prazos para nada) os servidores continuam no prejuízo. Dá pra confiar?

## SINDISEAB EM AÇÃO

# Plenárias definem estratégias e prioridades para o sindicato

Após o feriado de Carnaval, o SINDISEAB continuou com o pé na estrada para ouvir a base sindical.

O SINDISEAB percorreu todo o estado entre 17 de fevereiro e 17 de março. O principal objetivo das plenárias foi debater a pauta para a campanha salarial, mobilizar a base e sugerir um plano de lutas a ser consolidado no Encontro Estadual, no dia 28 de março de 2014. Os servidores apontaram questões gerais, específicas de cada órgão e dos locais de trabalho. Confira:

- 1. Data base:** os associados deliberaram por aderir o plano de lutas do FES.
- 2. Promoções e progressões em atraso:** protocolar os processos, receber indeferimento e encaminhar cópia para impetrar ação judicial.
- 3. Enquadramento:** acompanhar andamento dos processos protocolados e participar das mobilizações programadas pelo FES.
- 4. Tabela Especial:**
  - \* resgatar o debate, elaborar projeto de lei e mobilizar os interessados;
  - \* continuar o levantamento dos dados técnicos, quantitativos e identificar os servidores em disfunção;
  - \* organizar o grupo de interessados por local de trabalho, região, categoria;
  - \* fazer o debate por local de trabalho, região, categoria, visando aprimorar a proposta;
  - \* fazer luta política e administrativa pela Tabela Especial que poderá resultar, inclusive, numa reforma mais ampla no QPPE, que já não compor-

ta o desenvolvimento na carreira dos servidores mais antigos.

- 5. SAS:** decepção total! Em todas as regiões há inúmeras reclamações quanto ao descaso do SAS, desde o despreparo da equipe administrativa do hospital conveniado para atender o servidor, até a falta de médico e atendimento. Encaminhamentos:
  - \* continuar as negociações por meio da Comissão de Saúde do SINDISEAB/FES;
  - \* fiscalizar o SAS, seguindo as orientações do SINDISEAB, reunindo o maior número de informações das ocorrências, registrando as reclamações no site do SAS, e informando por email o SINDISEAB;
  - \* organizar o debate, unir as categorias/usuários, criar "conselhos regionais"; lutar política e administrativamente tanto para melhorar o atendimento do SAS, quanto para implantação de um Novo Modelo de Saúde.
- 6. ParanaPrevidência:**
  - \* inserir no Congresso do SINDISEAB, como temário, uma política de atenção aos aposentados, com investimento em campanhas e atividades que visem agregá-los em grupos em cada núcleo sindical;
  - \* debate via FES, integrado, o que poderá nos possibilitar, no futuro, ter representantes especializados no tema.
- 7. Reformulação da tabela do QPPE.**



LITORAL



IRATI



SEMA



GUARAPUAVA

## Pautas específicas e demandas locais

- 1) SEAB - relógio ponto:** apenas os servidores lotados ou à disposição da SEAB estão sendo submetidos ao relógio ponto.
- 2) ADAPAR - GEEE:** um grupo de novos servidores para o serviço administrativo estão sendo lotados pela SEAP. Assim, por não estarem lotados na SEAB não podem receber a GEEE. Encaminhamentos:
  - \* os interessados devem se organizar em grupo e se sindicalizar;
  - \* fazer luta política e administrativa para alterar a lotação ou a Lei 17.358, de 27 de Novembro de 2012, contemplando a situação.
- 3) IAP - horas extras e uniformes:** as horas extras estão sendo pagas dentro das disposições orçamentárias do Estado. Quanto aos uniformes orientou-se fazer uma solicitação ao setor responsável do IAP, procedimento ainda não feito pelos interessados.
- 4) IAP/Litoral:** os servidores decidiram acompanhar as reuniões e deliberações do Conselho do Litoral - COLIT. Querem ainda participar da comissão que vai rever o Plano Diretor de Guaratuba. Querem aproximação do SINDISEAB com a ASSEMA. Reivindicam SAS em Paranaguá. Sentem falta de esclarecimento sobre a atuação da Polícia Ambiental no litoral.
- 5) IAP/SEAB/Guarapuava:** querem lutar pelo mesmos benefícios do Poder Judiciário e reivindicar ao IAP treinamentos específicos para a área do Meio Ambiente através da Escola de Governo.



PONTA GROSSA



UNIÃO DA VITÓRIA



VIVEIRO\_PAULO\_FRONTIM



IAP\_CURITIBA

## AUDITORIA?

## TCE recomenda levantamento das perdas da ParanaPrevidência

Mas o tribunal quer saber só quanto faltou da contribuição dos servidores.

Somente agora, em 30 de janeiro, o Tribunal de Contas do Estado julgou a prestação de contas da ParanaPrevidência referentes a 2011. Embora o déficit atuarial estivesse na ocasião em R\$ 3,8 bilhões, as contas foram avaliadas como "regulares". No entanto, o TCE recomendou que:

\* **1** - a ParanaPrevidência avalie a "perda" acarretada pelo período em que cobrou apenas 10% dos servidores e não 11% como previsto na Lei Federal 10.887/04.

Ora, a diminuição da alíquota (conforme a Lei Estadual 12.398/98 deveria ser de 14% sobre o que ultrapassasse os R\$1.200,00) para 10%, ocorreu por força de decisão judicial em duas ações impetradas pelo SINDISEAB (para o 1º grupo em março/2012; e para o 2º grupo em agosto/2012). A 8ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação

Judicial de Curitiba decidiu também que a ParanaPrevidência deveria repor os retroativos dos últimos cinco anos, por considerar inconstitucional o aumento escalonado da contribuição previdenciária dos servidores. Mesmo assim só até a implantação da Lei Estadual 17.435/12, em abril de 2013.

**Perguntas** - Será que foi a redução da nossa alíquota que levou a ParanaPrevidência ao déficit de quase R\$ 4 bilhões? Por que o TCE não quer saber o quanto o governo deixou de contribuir? Não quer saber o quanto faltou de aporte do Ministério Público, Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça e Assembleia Legislativa? Nem o quanto faltou dos royalties de Itaipu ou da contribuição repassada pelo INSS pelo tempo que os servidores eram celetistas? E ainda o TCE quer que a alíquota escalonada seja reimplantada? (Confira as ressalvas)

\* **2** - seja cumprido o Art. 64 da Lei 12.398/98 que torna obrigatório o aval de junta médica para a concessão de aposentadoria por invalidez.

**Pergunta** - Teria a ParanaPrevidência concedido benefícios sem tal comprovação?

**TCE fez também quatro ressalvas:**

1. a ParanaPrevidência tem que ter reservas para efetuar pagamentos em caso de perda em ações judiciais;
2. tem que fixar uma alíquota previdenciária a incidir sobre a parcela de benefícios que supera o limite máximo para aposentadorias e pensões do Regime Geral de Previdência Social - que hoje é de R\$ 4.159,00;
3. precisa fazer avaliação atuarial, revisão de plano de custeio e tomar providências para sanear o déficit a cada ano;
4. e enviar ao TCE relatório e parecer de controle interno da instituição.

## Já conferiu sua contribuição previdenciária?

Segundo a SEAP, desde o fim do ano passado estão disponíveis para consulta as contribuições - de cada servidor e contrapartida do Estado - para a ParanaPrevidência referentes aos últimos três anos. O extrato está disponível no mesmo endereço de consulta do contracheque no Portal do Servidor (<https://www.portaldoservidor.pr.gov.br/ccheque/>). Confira o seu extrato, pois a consulta é individual. Qualquer irregularidade, fale com o sindicato.